



PERDA DE AUTONOMIA | Educadora salienta que dimensão humana foi esquecida

Sepe rebate críticas de educadores

Sindicato aponta desorganização nos aspectos físicos e pedagógicos

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) rebate as críticas feitas por especialistas de que os debates em torno do massacre de Realengo, que nesta semana completa um mês, estariam com o foco centrado em disputas políticas e corporativas.

Embora alguns educadores condenem o fato de os órgãos sindicais concentrarem seus esforços na questão da falta de segurança e de condições de trabalho nas unidades da rede pública, e na rede municipal do Rio de Janeiro em particular, o Sepe insiste em denunciar a lacuna no funcionamento das unidades causada pela falta de pessoal de apoio, como inspetores, porteiros, orientadores educacionais, psicólogos, merendeiras, entre outros.

Coordenadora-geral do Sepe, a professora Beatriz Lugão argumenta que as escolas da rede municipal do Rio estão abandonadas.

"Vivenciamos situações diárias de violência. Falta pessoal de apoio, infraestrutura e espaço físico para os estudantes realizarem atividades esportivas. O massacre de Realengo foi um episódio gritante que lançou luz sobre as péssimas condições de trabalho nas escolas. Porém, os professores enfrentam situações

Câmara abre debate na quinta, dia 5

O presidente da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, Paulo Messina (PV), pretende realizar nesta quinta, dia 5, uma reunião ampliada da Comissão de Educação para discutir a segurança nas escolas. Segundo Messina, o encontro será aberto ao público e contará com a participação da secretária municipal de Educação, Cláudia Costin.

De acordo com o presidente da Comissão de Educação, a reunião, que deverá ocorrer na parte da manhã, contará, ainda, com a participação de especialista em segurança, representantes do Conselho Regional de Psicologia (CRP), sindicatos do setor educacional, estudantes, pais de alunos e outros segmentos da sociedade civil organizada.

"Faremos uma grande audiência no plenário, no final de maio, quando vamos apresentar o resultado das discussões que realizaremos ao longo de todo o mês. Nessa audiência pública, vamos fazer o encaminhamento final com sugestões de políticas públicas para segurança nas escolas", observou Paulo Messina, descartando a possibilidade de a Comis-

são de Educação autorizar a instalação de uma Comissão Especial para debater somente segurança nas escolas.

Mesmo com a reunião já agendada, o vereador Eduardo Moura (PSC), que propôs a criação da Comissão Especial de Segurança Escolar ainda não perdeu as esperanças e pretende, nesta terça, buscar novos caminhos para negociar a instalação dessa comissão.

Embora já tenha colhido mais de dois terços de assinaturas do total de 51 vereadores, o parlamentar ainda precisa do aval da Comissão de Educação para instalar o novo fórum. "A Comissão Permanente de Educação tem uma extensa lista de funções, sua atividade é muito ampla. Por isso, acreditamos que podemos trabalhar de forma coadjuvante nesse processo. Nosso objetivo é colaborar para melhorar a qualidade do atendimento nas nossas escolas", completou o vereador do PSC.

Ainda na semana passada, a Comissão Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente, liderada pelo vereador Tio Carlos (DEM), lançou a campanha "Bullying, não! Eu combato".

diárias de violência nas unidades", completou a sindicalista.

Na edição de nº 1.946, que fica nas bancas até esta quarta, dia 4, educadores de diversos segmentos criticaram o fruto das discussões na sociedade, geradas a partir do assassinato de 12 crianças, na Escola Municipal Tas-

so da Silveira, que aconteceu no dia 7 de abril.

Para o professor João Pessoa de Albuquerque, membro do Conselho Estadual de Educação (CEE), a forma mais viável de evitar que episódios como o de Realengo se repitam é trabalhar a formação humana.

"Temos que nos preocupar com as causas, com a formação do ser humano, familiar, escolar e socialmente. Não sei o motivo pelo qual o debate para este caminho de segurança. Se esse rapaz tivesse outra formação familiar ou um outro tipo de vida, não teria ocorrido isso. Ele foi fruto de uma formação problemática que altera qualquer comportamento humano em qualquer parte do mundo. A segurança não combate as causas, somente os efeitos", ponderou o educador.

No entanto, Beatriz Lugão contesta tais argumentos. Nesse sentido, a coordenadora-geral do Sepe frisa que, no últimos anos, as escolas da rede municipal têm perdido a sua autonomia pedagógica, o que, segundo a sindicalista, prejudica os trabalhos voltados para a formação humana.

"Esse é um aspecto que não vi ser analisado em nenhum momento, nas discussões desencadeadas pelo massacre de Realengo. As políticas implementadas na rede municipal têm retirado das escolas sua autonomia pedagógica tanto no cotidiano escolar como em seu planejamento. O poder público se preocupa com números, em fazer avaliações sistêmicas, o que acaba roubando a autonomia escolar, o lado humano do processo educacional", completou a coordenadora-geral do Sepe, salientando que o "espaço escolar nas redes públicas está desorganizado nas dimensões física, administrativa e pedagógica."



Para Uppe, escolas estão de portas abertas para violência

A União dos Professores Públicos no Estado (Uppe-Sindicato) reitera que a sociedade deve debater as condições de trabalho e de segurança das escolas públicas. Apesar das críticas de alguns educadores, a entidade sindical salienta que a situação nas escolas é crítica e que, atualmente, professores e alunos das redes públicas enfrentam a violência cotidianamente no ambiente escolar.

Diretora de Comunicação da Uppe-Sindicato, a professora Maria Lúcia Sardenberg contesta a crítica de alguns educadores a respeito da briga política que se instalou na Câmara de Vereadores do Rio em função do debate sobre a segurança nas escolas, que frutificou ao longo deste mês, após o massacre de Realengo.

Na avaliação da educadora, quanto mais grupos da sociedade estiverem envolvidos com a discussão, melhor. Para a diretora de Comunicação da Uppe-Sindicato é preciso suprir a carência de pessoal nas escolas para evitar que novos episódios de violência escolar se repitam.

“É lógico que esse massacre poderia ter ocorrido em outro ambiente. Mas, na escola, ficou evidente a fragilidade do ambiente escolar. As nossas escolas estão violentas porque o poder público não está cuidando delas. Estamos com a porta aberta das escolas para outros episódios de violência. E quanto mais setores da sociedade se mobilizarem em torno dessa discussão, melhor”, completou a professora.

Na edição de nº 1.946 da FOLHA DIRIGIDA, que fica até esta quarta, dia 4, nas bancas, educadores criticaram o

rumo das discussões na Câmara dos Vereadores do Rio, aonde um racha interno emperra as discussões sobre segurança escolar. De acordo com o coordenador estadual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o sociólogo e professor Maurício Fabião, as divergências atrapalham o processo de discussão, que deveria ter a participação de vários segmentos da sociedade.

“As escolas ficaram muito tempo abandonadas e pouco cuidadas. E a segurança é um dos quesitos mais falhos com relação a isso. É importante que os parlamentares percebam que eles não estão trabalhando para a mídia, para os holofotes. É preciso realizar audiências públicas para verificar as melhores soluções para garantir mais segurança nas escolas”, garante.

Diante desse contexto, a diretora de Comunicação da Uppe-Sindicato denunciou a carência de pessoal de apoio nas escolas que, segundo a sindicalista, é fundamentais para o bom funcionamento das unidades nos nossos dias. Além de inspetores e porteiros, a docente esclareceu que as escolas precisam ter em seus quadros orientadores e supervisores educacionais, psicólogos, entre outros.

“Na rede privada, embora também ocorram conflitos entre alunos, sentimos que as instituições estão mais resguardadas e conseguem evitar incidentes mais sérios. Por isso, é importante que se tenha um quadro robusto de pessoal de apoio e de professores também. A recuperação das escolas também passa pela valorização dos professores”, concluiu a sindicalista.

Sepe: paralisação nesta terça, dia 3

Professores e funcionários das escolas municipais vão cruzar os braços nesta terça, dia 3 de maio, quando o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) comanda uma paralisação de 24 horas narede, acompanhada de ato público e de assembleia geral.

Embora esta seja a primeira paralisação na rede promovida pela entidade sindical após o massacre de Realengo, ocorrido no dia 7 de abril, o Sepe informa que as reivindicações não se restringem a melhores condições de trabalho e mais segurança nas escolas. A pauta do sindicato traz pedido de reajuste emergencial de 21% e o fim das parcerias com fundações e Ongs, para atividades nas escolas.

Contudo, no momento, destaca Beatriz Lugão, coordenadora geral do Sepe, o foco da mobilização dos profissionais de educação será a organização de protestos contra a proposta de Lei Complementar nº 41 do prefeito Eduardo Paes, que está para ser votada na Câmara de Vereadores e propõe mudanças na Previdência dos servidores. Segundo o Sepe, a medida vai retirar direitos da categoria.

“Com a PLC nº 41 serão extintas a integralidade (direito de se aposentar com salário integral), a paridade (direito de ter reajuste igual aos servidores ativos), e será con-

cedido apenas 70% do salário para pensionistas. Precisamos alertar a categoria e conversar com os vereadores”, acrescentou a professora.

A mobilização do Sepe começa com a realização de um ato público a partir das 10 horas, na Cinelândia. À tarde, a categoria se reúne, a partir das 15 horas, em assembleia geral, que será realizada no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro do Rio.

De acordo com o Sepe, a rede municipal do Rio é formada por 1.052 escolas (32 mil professores e cerca de 700 mil alunos). Segundo o sindicato, há escolas com excesso de alunos em turmas e que ainda têm problemas de falta de equipamentos e de pessoal.

Nesse sentido, a entidade sindical defende que há carência de mais de dez mil professores e 12 mil funcionários, como merendeiras, agentes administrativos, pessoal de portaria e inspetores de alunos. O sindicato informou, ainda, que o piso dos professores é de R\$1.026 e o dos funcionários é R\$462.

“Depois da tragédia de Realengo, a Prefeitura resolveu chamar 1.844 aprovados no concurso para agente escolar e colocar um inspetor por andar. Por que não fez isso antes? O planejamento é sempre economizar na educação”, completou Beatriz Lugão.